

# Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

## Com a palavra, a juventude

Crianças e adolescentes buscam protagonismo político para fazerem valer suas demandas

Págs. 4 e 5



FOTO: JARBAS ARAÚJO

### Patrimônios Vivos

Mestres pernambucanos ressaltam importância do título para conservar saberes.

Pág. 3

### Consequências da zika

Como vivem as famílias de crianças com microcefalia dois anos depois do surto.

Pág. 6

### Diabetes em evidência

Lei determina divulgação da prioridade para pessoas com a doença em exames.

Pág. 7

### Retomada da Bacia Leiteira

Após estiagem prolongada, setor luta para se reerguer e cobra investimentos.

Pág. 8

## ACONTECEU NA ALEPE

### Comissões Permanentes examinam mais de 300 proposições

Ao longo dos seis primeiros meses de 2017, a Assembleia Legislativa de Pernambuco recebeu 319 propostas, cujos méritos foram debatidos nas Comissões Permanentes da Casa. As matérias contemplaram desde o atendimento às vítimas das enchentes na Zona da Mata Sul até a criação de um Batalhão de Operações



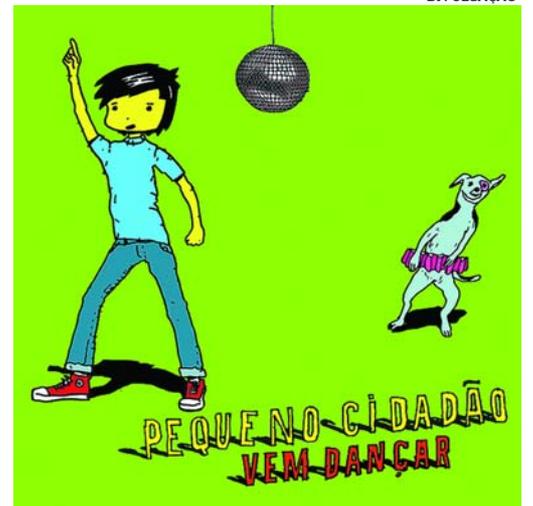
HENRIQUE GENECY/ARQUIVO ALEPE

Policiais Especiais (Bope) no Estado. Atividades externas subsidiaram as análises dos parlamentares sobre diversos setores da economia, a exemplo de audiência pública realizada em Garanhuns (Agreste) acerca das dificuldades enfrentadas pelo polo leiteiro, bem como de uma visita técnica ao Complexo Industrial Portuário de Suape, na Região Metropolitana do Recife. Também ocorreram discussões sobre a degradação do Rio Tejipiú (RMR), o desafio da Baleia Azul e o empreendedorismo feminino, entre outros temas. Em maio, a Alepe estreitou laços internacionais ao receber, em Reunião Solene, comitiva de representantes diplomáticos de 19 países dentro das atividades da Missão Anual dos Embaixadores da União Europeia no Brasil. Ainda nesse mês, foi celebrada a presença africana em Pernambuco.

## EM FOCO

### Cidadania em versos para crianças

Quando o assunto é garantir voz a crianças e adolescentes, o projeto Pequeno Cidadão dá o exemplo. Filhos, sobrinhos e amigos dividem os microfones com os músicos Edgard Scandurra, Antonio Pinto e Taciana Barros na iniciativa que retrata o universo infantil por meio de “músicas psicodélicas para crianças”. Alegrias, dúvidas, desafios, tristezas, cidadania, amor, esportes e problemas existenciais típicos dessa fase da vida entram no caldo, inspirado pelas experiências como pais e lembranças de infância.



DIVULGAÇÃO



#### Fique Sabendo

A experiência, que conta ainda com a participação de Arnaldo Antunes, já rendeu três álbuns: *Pequeno Cidadão* (2009), *Pequeno Cidadão 2* (2012) e *Vem dançar* (2016). Confira no Youtube os clipes em animação feitos para o primeiro disco:



## VOCÊ NA ALEPE

“Viemos mostrar a insatisfação dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral com essas resoluções que foram feitas sem contato prévio nem estudo que levasse em conta as situações específicas de cada Estado. Resolvemos fazer nosso protesto.”



#### Joadilson de Souza

**Técnico judiciário**, durante audiência pública realizada pela Comissão de Justiça, no dia 27 de junho, para discutir a possível extinção de 38 zonas eleitorais em Pernambuco, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Abriu-se diálogo sobre a importância do ensino infantil. A Casa existe para servir ao povo e tudo começa pela educação. É importantíssimo esse momento, a Alepe está de parabéns e espero que continue dando mais espaço para a temática.”



#### Joelma Costa Vasconcelos

**Técnica educacional** que esteve presente em debate promovido pela Frente Parlamentar da Primeira Infância, em 26 de maio, para celebrar o Dia Estadual do Brincar (28 de maio) e lançar o Guia de Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância.

“A gente pôde trazer as necessidades das pessoas com deficiência. Existem leis, mas não são totalmente aplicadas. Nós precisamos desse canal com os parlamentares para que eles possam, cada vez mais, buscar nossos direitos.”



#### Emerson Albuquerque

**Diretor da Associação de Amigos do Autista (AMA-Getid)**, ao participar da Reunião Ordinária da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência, que debateu a criação de políticas públicas para pessoas com autismo, em 3 de maio.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa.

Além de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



## ● CULTURA POPULAR

# Guardiões de saberes

Lei do Patrimônio Vivo de Pernambuco completa 15 anos buscando garantir sobrevivência de artistas e manifestações culturais

Ivanna de Castro

Há 96 anos desfilando nas ladeiras de Olinda durante o Carnaval, a Troça Mista Cariri Olindense, reconhecida por artistas e foliões como um clássico dessa festa popular, ganhou o título que faltava em quase um século de história. Responsável por carregar a chave que abre as festividades no município, a agremiação foi declarada, em 2016, Patrimônio Vivo de Pernambuco. Mais que uma condecoração oferecida a um seletivo grupo de representantes dos saberes, histórias e memórias da Terra dos Altos Coqueiros, a honraria representa a responsabilidade de preservar e difundir uma tradição que, acreditase, merece ser experimentada pelas próximas gerações.

Às 4h do domingo de Carnaval, um homem fantasiado com longas barbas brancas, chapéu de couro, óculos de Lampião e um cajado desfila em cima de um burro. O personagem, denominado Cariri, foi inspirado em um mascote do Mercado de São José, no Recife. “Conheci o bloco há mais de vinte anos, a convite de um colega de trabalho. Fui me envolvendo cada dia mais: me associei

ao clube, passei a fazer parte da diretoria, até que me tornei presidente”, lembra Sérgio Roberto de Souza. “Muitos dos que estão no Cariri são filhos e netos de brincantes.”

Souza orgulha-se de fazer parte da troça – termo que designa uma pequena agremiação que tem como marca a irreverência – mais antiga de Olinda. “O Homem da Meia Noite nasceu de uma dissidência do Cariri, em 1932. Anos depois, a mágoa entre os grupos passou”, afirma, lembrando que o tradicional bloco do boneco gigante é Patrimônio Vivo do Estado desde 2006. “É uma honra muito grande carregar esse título. Batalhamos por isso durante cinco anos e acredito que ele nos torna mais reconhecidos e respeitados”, acrescenta o presidente do Cariri.

Além das duas agremiações, Pernambuco possui, atualmente, outros 49 patrimônios vivos reconhecidos. Entre eles, estão artistas do barro, cordelistas, profissionais das artes cênicas, caboclinhos e representantes de vários setores culturais, compondo uma pequena amostra da diversidade característica do Estado.

A seleção dos agraciados é feita anualmente pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. Os candidatos, que precisam ser indicados por instituições públi-

cas ou entidades sem fins lucrativos, devem comprovar que vivem em Pernambuco há, pelo menos, vinte anos e que desenvolvem, também há mais de duas décadas, atividades tradicionais ou populares da cultura estadual. Se eleitos, passam a ter direito a uma bolsa vitalícia mensal no valor de R\$ 1,6 mil (pessoa física) ou de R\$ 3,2 mil (grupos), ganham prioridade na análise de projetos apresentados ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura (SIC) e são convidados a transmitir conhecimentos em atividades e eventos promovidos pelo Poder Público.

“Nosso Estado é pioneiro nesse tipo de legislação”, explica a presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), Márcia Souto. “Sem desvalorizar as homenagens póstumas, também muito importantes, acredito que seja essencial enaltecer nossos artistas enquanto vivos. É importante para eles serem reconhecidos pela sociedade e pelo Poder Público como mestres de um saber. Vemos que isso os impacta muito”, acrescenta a gestora, destacando, ainda, o benefício financeiro: “É raro quem consegue viver de arte popular no Brasil. Muitos abandonam suas atividades porque precisam sobreviver”.

## SUSTENTO

A bolsa é fundamental para preservar a arte e garantir a subsistência do Patrimônio Vivo João Elias Espíndola, rendeiro de 83 anos que vive em Poção, no Agreste. Aos 19 anos, ele aprendeu a técnica da renda renascença enquanto se recuperava de um acidente de caminhão. Após enfrentar inúmeros preconceitos por atuar em uma atividade tradicionalmente feminina, desenvolveu um estilo único: o ponto lagarta.

“A gente vive das plantações de milho e de feijão, além do Bolsa Família. Quando o serviço acaba ou não tem chuva, fazemos renda para ter um complemento”, conta Marilene Espíndola da Silva, sobrinha de João. Ela, a mãe e as três irmãs são as discípulas do mestre rendeiro, que não produz mais por questões de saúde, mas que verifica cada trabalho feito pelas familiares. “Meu tio com-

versos “Essa ciranda quem meu deu foi Lia / que mora na Ilha de Itamaracá”. Aos 73 anos, Lia de Itamaracá, Patrimônio Vivo de Pernambuco desde 2005, batalha para reerguer o Centro Cultural Estrela de Lia, que desabou após as fortes chuvas de 2013. O espaço, custeado pela própria artista por meio da aposentadoria que recebe como merendeira, era palco de festas e apresentações de ciranda.

Orçadas em R\$ 540 mil, as obras do novo centro tiveram início no ano passado, após destinação de R\$ 100 mil por meio de emenda parlamentar do presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT). “Em janeiro deste ano, inauguramos a primeira fase, que é o palhão para as cirandas. No entanto, falta construir as salas, banheiros, cozinha-escola e o resto da estrutura. Precisamos de mais verbas para terminar o espaço”, revela Lia, que pretende fazer do centro um local de oficinas e de difusão da arte que representa.

Empresário da artista, Beto Hees reconhece a importância da política de valorização dos artistas da cultura popular de Pernambuco. Ele avalia, no entanto, a necessidade de um apoio mais estruturado do Poder Público. “O título tem que ser acompanhado de outras ações. A razão pelo reconhecimento de Lia é a ciranda, mas percebemos que a atividade não vem sendo estimulada de forma suficiente em nosso País. Mesmo sendo a linguagem cultural da ilha, estamos travando uma luta para conseguir retomá-la”, opina o produtor. Ele sugere um caminho: “Nossos jovens precisam ser apresentados às artes populares. Se não entrar sangue novo, corremos o risco de assistirmos tradições acabarem”, prevê.



FOTO: PRISCILLA BUHR/CORTESIA

Patrimônio Vivo desde 2005, cirandeira luta para reerguer o Centro Cultural Estrela de Lia

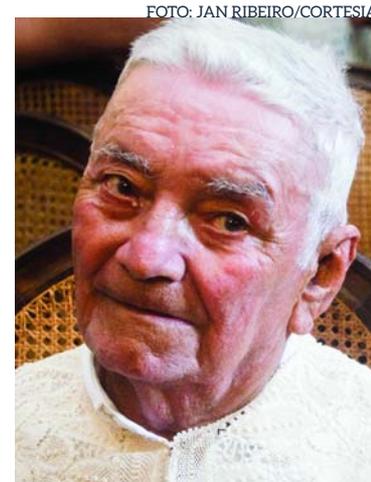


FOTO: JAN RIBEIRO/CORTESIA

*“Sinto orgulho. Nunca pensei em ganhar esse reconhecimento.”*

(João Espíndola)

pra as linhas, os moldes e os lacetes para a renda”, diz Marilene.

Com dificuldades de audição e problemas na perna, ele usa a bolsa para cuidar da saúde e para comprar material. “Sinto orgulho. Nunca pensei em ganhar esse reconhecimento”, conta, com dificuldades, João Espíndola.

Transmitir saberes e preservar a tradição da ciranda é o maior desejo de Maria Madalena Correia do Nascimento, a personagem dos famosos

## Novos talentos reconhecidos

Indicado pela Alepe, o ator e diretor teatral José Pimentel foi um dos seis Patrimônios Vivos escolhidos neste ano. Também mereceram a honraria a parteira Maria dos Prazeres, o músico Mestre Chocho, o coreógrafo André Madureira, o Reisado Inhanhum (de Santa Maria da Boa Vista) e a Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo de Santo Agostinho.

A política de Patrimônio Vivo de Pernambuco é fruto da Lei Estadual nº 12.196/2002, atualizada, no ano passado, pela Lei nº 15.944/2016. A nova norma reajustou o valor da bolsa em 113% e aumentou de três para seis os títulos concedidos a cada ano.

## ● CIDADANIA

# Voz e poder aos pequenos cidadãos

Projetos abrem as portas da política para crianças e adolescentes. Jovens dizem o que querem e mostram que podem contribuir muito mais para uma sociedade melhor

André Zahar

“Precisa de mais escolas (as que têm são no outro bairro), uma biblioteca, um posto de saúde e uma emergência. Também um parque para as crianças brincarem, para a gente não ficar indo naquele campo que tem uma barreira com risco de deslizamento. E as mulheres estão precisando de mais segurança, porque estão sofrendo muito *bullying* e agressão sexual.”

“Tem que melhorar o calçamento e botar mais ônibus, só tem duas linhas. Colocar vigilantes nas ruas, porque está tendo muito assalto. Na minha escola, tem que fazer uma reforma completa. As cerâmicas estão caindo e minha sala só tem um ventilador. Eu já levei um ‘baque’, quase ‘torei’ meu dedo. Queria levar o prefeito lá para ele trocar tudinho.”

As demandas são, respectivamente, de Emily Milena Barbosa de Arruda, de 12 anos, e Jonhy Victor Félix, 14, ambos moradores da comunidade Rosa Selvagem, no bairro da Várzea, Zona Oeste do Recife. Os dois participam do Movimento Infantojuvenil de Reivindicação (Mirim Brasil), entidade criada em 1990 para defender e promover os direitos humanos voltados para a

infância, adolescência e juventude. Cerca de 80 pessoas trabalham nos projetos, que alcançam, aproximadamente, 200 meninos e meninas em cinco bairros do Recife.

“A gente atua com educação e direitos. As crianças refletem sobre suas condições humanas, sobre a relação com a família, os vizinhos e o bairro e sobre a forma como acessam a cidade. Nessa tomada de consciência, aproveitamos os espaços políticos para ampliar a voz delas”, explica a presidente do Mirim, Sylvia Siqueira Campos, de 35 anos, que ingressou na entidade aos 13.

Na prática, isso se traduz na participação em conselhos, fóruns, redes e campanhas. “O olhar da criança traz uma revolução para as políticas públicas, pois ela não vê diferença entre preto e branco, gordo e magro, protestante, católico, umbandista ou agnóstico. Ela enxerga as pessoas como iguais”, indica. “Se a gente pensa o mundo para a criança, é bom para todos”, emenda Sylvia.

A avaliação é endossada pelo relatório “Situação Mundial da Infância 2012 - Crianças em um Mundo Urbano”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Nele, a organização destaca que iniciativas políticas que promovem a participação dos mais jovens apresentam resultados melhores para toda a comunidade.



JARBAS ARAÚJO

Violência contra a mulher e carência de espaços de lazer preocupam Milena



JARBAS ARAÚJO

Johny: “Queria levar o prefeito na minha escola para ele trocar tudinho”



CORTESIA

No Neimfa, Laryssa sentiu-se livre: “Qualquer um pode fazer política”

O documento também enfatiza que o mundo caminha para ter, em 2050, 70% das pessoas em áreas urbanas, o que pode agravar situações de exclusão, violência e poluição, prejudicando esse segmento da população em especial. “Os pontos de vista das crianças devem ser considerados em todas as questões que as afetam”, aponta o relatório. “No entanto, elas raramente são convidadas a participar de decisões que determinam o planejamento e o desenho de centros urbanos.”

Entre os caminhos para a participação política, a Unicef e outras entidades do setor reforçam a importância de estratégias e planos locais, agências coordenadoras próprias, orçamento adequado, acesso a bens culturais e acompanhamento constante das políticas públicas. Também advogam pelas escolas como agentes de transformação do território e defendem a intersectorialidade.

Para especialistas, permitir o acesso das crianças a lugares públicos abertos, como ruas e praças, reforça nelas ideias de bem comum, solidariedade e pensamento reflexivo. Na Itália, em 1991, foi fundado o movimento “Cidade das Crianças”, que busca modificar o espaço urbano tomando-as como parâmetro. Seu criador, Francesco Tonucci, defende que as políticas públicas urbanas têm como tarefa garantir o direito ao brincar.

Pesquisador de experiências internacionais relacionadas ao as-

sunto, Ciro Becker, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), avalia que, para transformar as cidades e os cotidianos das pessoas, é preciso discutir a vida das crianças. Ele pondera, porém, que falar em políticas públicas já é adotar um paradigma de adultos. “Seria importante observar o que elas fazem quando não são vigiadas, perceber outras dinâmicas e aproveitar o que for interessante”, recomenda.

“O olhar da criança  
revolucionava as  
políticas públicas”

Sylvia Campos  
(presidente da Mirim Brasil)

“SONHAR OUTROS MUNDOS”

Concepções semelhantes emergem na comunidade do Coque, na Ilha de Joana Bezerra (Zona Sul do Recife), onde o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (Neimfa) prioriza os “vínculos e afetos” com o próximo e a coletividade. Prestes a completar 31 anos, a entidade desenvolve projetos educativos não formais para quase 200 crianças e adolescentes. Num ambiente aberto a imagens sagradas e mitologias variadas, em vez de grade curricular, utiliza-se uma mandala. E, no lugar de processos

fechados à experiência da infância, busca-se, na forma criativa da criança, dar significado ao ambiente como uma maneira de transformá-lo positivamente.

“Fazer política não é falar bem, certo ou direito. É cuidar do modo como se vive, sonhar mundos outros, fantasiar. É estar, viver e fazer junto. As crianças já fazem política, porque sabem criar mundos e cidades mais do que ninguém”, avalia o psicólogo e educador Sidney Rocha da Silva, de 28 anos, diretor-presidente do Neimfa, organização da qual participa desde os sete anos de idade. “Não falamos de política partidária, nem ensinamos a falarem bem. Apenas cuidamos para que zelem por aquilo que amam e valorizam. Daí eles aprendem, de forma natural, que precisam fazer política e resistir ao que os oprime”, acrescenta.

Para Laryssa Rocha, de 16 anos, o Neimfa é um espaço onde é possível se sentir livre para pensar e falar. Ali ela criou, com outras amigas, o Revelar.si: Coletivo de Fotógrafas do Coque. “Aprendi no Neimfa a dar mais valor ao Coque, a comunidade onde eu moro, e a lutar por ela, se for preciso. E que qualquer um pode fazer política, porque política é mudança e todos podem agir”, diz. Para ela, os jovens têm muito a dizer, pois olham o mundo com uma perspectiva diferente dos adultos. “É só parar um pouquinho para escutar. Eles já estão tentando dizer algo”, conclui.

## Saiba mais

- ◆ 2,5 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos estão fora da escola.
- ◆ 2,7 milhões de meninos e meninas de 5 a 17 anos de idade trabalhavam em 2015.
- ◆ 29 são mortos por dia. Em 2013, foram 10.520 vítimas de homicídio, o que rendeu ao País o 3º lugar no ranking mundial de crimes letais contra essa parcela da população.
- ◆ Apenas 16% dos jovens de 16 e 17 anos cadastraram-se para votar em 2014, enquanto 41% tiraram o título de eleitor em 2012.

Fontes: Todos pela Educação/IBGE/Relatório Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil (2016)

## Tirar direitos do papel

Taciana Maria Belo da Silva, de 14 anos, não disfarçou o nervosismo ao subir na tribuna do Plenário do Palácio Joaquim Nabuco pela primeira vez. Foi numa audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, convocada para tratar do assoreamento do Rio Tejiipió (Região Metropolitana do Recife), em abril. Ela foi a porta-voz de um grupo de estudantes da Escola Estadual Edwirges de Sá Pereira.

Superada a hesitação inicial, a jovem apresentou com as próprias palavras questões levantadas por técnicos, ambientalistas e autoridades: “Eu moro ali vai fazer 15 anos. Antes era limpo, agora está uma imundície horrível. Teve enchente, a casa de uma vizinha desabou. Um self-service fechou por causa do cheiro, as pessoas não conseguiam comer lá. Para ir à escola, tem que passar ligeiro, por causa da catanga do rio. Tem muito lixo. Queria que vocês fizessem alguma coisa”.

A fala da estudante é um exemplo do exercício de um direito previsto em normas brasileiras e internacionais: a participação de crianças e adolescentes nas discussões e decisões políticas. Desde 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelece que os estados nacionais devem assegurar-lhes o direito de expressar opiniões sobre os assuntos a elas relacionados.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990) garante participação na vida familiar, comunitária e política. Já o Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013) fala do “envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País” e da “efetiva inclusão” deles nos “espaços públicos de decisão com direito a voz e voto”.

Para especialistas, entretanto, ainda falta reconhecê-los como sujeitos plenos. Gabriela Goulart Mora, oficial do programa Cidadania dos Adolescentes do Unicef, avalia que, apesar da implantação de alguns mecanismos com essa finalidade, “não há uma cultura de fomentar a escuta de crianças e adolescentes sobre políticas públicas”. O órgão estimula esse segmento, que representa quase um terço da população brasileira, a envolver-se na gestão pública por meio de programas como Cidades Amigas das Crianças e Plataforma dos Centros Urbanos.

“Eles trazem histórias reais e experiências que traduzem, na prática, se as ações governamentais estão ou não funcionando. Ouvir é valioso para o gestor”, enfatiza Gabriela. “É fundamental garantir a participação de crianças e



Taciana venceu o medo e discursou na tribuna

adolescentes nos conselhos, mas, às vezes, as instâncias formais não conseguem dar conta de outros formatos de participação. Por isso, deve-se dialogar com manifestações culturais, esportivas e sociais para garantir que essas vozes sejam escutadas.”

Algumas iniciativas já foram instituídas de forma não-sistemática pelo Poder Público, como planos locais, prefeitos e conselhos-mirins e orçamento participativo específico. Nas casas legislativas, além das audiências públicas, existem programas de aproximação dos jovens, a exemplo da Aula de Cidadania, realizada periodicamente pela Alepe.

Psicólogo e doutorando em Ciência Política, Leonardo Barros Soares participou da implantação do orçamento participativo de

Fortaleza (CE), que teve atividades específicas para crianças e adolescentes. Autor de estudo sobre essa experiência, ele considera que os projetos introduzidos no Brasil sofrem com a descontinuidade quando há a mudança de gestores, uma vez que não se consolidam como políticas de Estado. “Esses instrumentos requerem parceria entre estabelecimentos de ensino, governos e sociedade civil”, avalia.

“É nas escolas onde crianças e adolescentes passam a maior parte do tempo, então são parceiras fundamentais e, sem as quais, políticas de participação para esse público terão alcance muito limitado. A democratização dessas instituições seria o primeiro passo para formar não apenas indivíduos, mas cidadãos aptos a participarem ativamente da vida comunitária”, complementa Soares.

Nesse sentido, o movimento internacional Cidades Educadoras discute a criação de mecanismos locais para crianças e adolescentes vivenciarem plenamente a cidadania. Gestora do programa no Brasil, Raiana Ribeiro sugere que a escola, como centro de liderança local, busque outras instituições para avançar na garantia do desenvolvimento integral desses sujeitos. “A participação deles revela como é possível pensar as cidades a partir de uma outra escala – a humana – e como a massificação e padronização das políticas pode estar excluindo em lugar de incluir”, ressalta. “O

importante é respeitar as linguagens, expressões e tempos dessa faixa etária, o que demanda um reposicionamento do adulto na escuta.”

Referência para estudiosos do tema, a Escola da Ponte, de Portugal, adota currículos que valorizam as necessidades individuais e comunitárias dos alunos, os quais elaboram os próprios roteiros de pesquisa. No mestrado em Gestão e Desenvolvimento pela Universidade de Pernambuco (UPE), Brian Lima foi ao país europeu conhecer esse modelo de educação pública. “Com a participação ativa dos professores, alunos e pais, a Escola da Ponte consegue entregar para a sociedade sujeitos mais humanos, autônomos e cidadãos, ou seja, mais preparados para enfrentar os desafios da vida”, relata Lima.

O pesquisador discutiu a construção de uma proposta similar numa escola municipal de Nazaré da Mata, na Zona da Mata Norte. Porém, adaptar os conceitos à realidade local esbarra no grau de desenvolvimento social e humano do País, além de demandar a sensibilização de agentes públicos e da sociedade civil, o que precisaria ser feito pela própria comunidade escolar. “Cabe aos cidadãos lutar por recursos para a educação e para que essas verbas sejam aplicadas nos projetos que eles aprovam. Se a comunidade participa da gestão escolar, muitas mudanças são possíveis”, acredita.

## EM DISCUSSÃO O que pensam os parlamentares estaduais sobre a atuação dos jovens na política.

Há um preconceito de que crianças pequenas não teriam muito a colaborar, quando, na verdade, os registros das práticas existentes são muito ricos. O Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016) prevê **processos de escuta** adequados para subsidiar a elaboração dos planos para essa etapa da vida.

**Simone Santana (PSB)**  
Coordenadora da Frente Parlamentar da Primeira Infância

O que acontece na vida de uma criança ou de um adolescente afeta o conjunto da sociedade. O mais importante agora é a **efetivação do marco regulatório** que está sendo implantado em todo o País. Essa etapa precisa ser contemplada para podermos buscar novos avanços.

**Priscila Krause (DEM)**  
Relatora da Frente Parlamentar da Primeira Infância

Historicamente, o Estado Brasileiro afastou as crianças e os adolescentes das discussões sobre políticas públicas. Porém, o dever dele é tratá-los como sujeitos de direito, para que se tornem responsáveis por seus próprios destinos. A escola tem que incluir no **projeto pedagógico** a participação e a consciência cidadã e crítica.

**Teresa Leitão (PT)**  
Presidente da Comissão de Educação

As crianças devem ter **espaços de reflexão** acerca dos problemas que as afetam. Estamos participando da comissão intersetorial do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, que promoveu oficinas para que eles participem da criação do instrumento orientador das políticas estaduais que os atingem.

**Edilson Silva (PSOL)**  
Presidente da Comissão de Cidadania

## SAÚDE

# A vida depois da zika

## Dois anos após surto, mais de 400 famílias de crianças nascidas com microcefalia em Pernambuco buscam apoio para conviver com a síndrome

Isabela Senra  
Tayza Lima

“Entrou uma médica pediatra gritando para mim: ‘Você sabia que seu filho não tem cérebro?’” O depoimento de Eliane Francisca da Silva, mãe de Davi, de um ano e oito meses, remonta ao início de uma história que assustou o Brasil e o mundo. Ela faz parte do grupo de mulheres que deram à luz mais de 2,7 mil bebês

com microcefalia nos últimos dois anos no País.

A condição está associada ao vírus da zika, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. Classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2016, como situação de emergência de saúde pública internacional, a epidemia atingiu, principalmente, o Nordeste do Brasil. Em Pernambuco, de agosto de 2015 a julho de 2017, foram mais de 400 casos confirmados da Síndrome Congênita do Zika Vírus, segundo o Ministério da Saúde.

As crianças apresentam outros comprometimentos, além da microcefalia. “Davi tem sequelas na audição e na visão. Chegou a ter sérias dificuldades de deglutição. A parte motora também foi prejudicada”, conta Eliane. Maria das Dores Alves observa que a filha Raíssa Vitória, nascida em dezembro de 2015, não se desenvolve como outra criança da mesma idade. “Não consegue engatinhar, ficar de pé nem sentar, só com apoio.”

Para garantir tratamento, as mães percorrem hospitais, clínicas e instituições de saúde. Quatro vezes por semana, Rosicláudia Aragão viaja 78 quilômetros de Condado (Mata Norte) até o Recife com a filha, Carla Vitória, que nasceu em outubro de 2015. “Ela faz fisioterapia, acompanhamento com fonoaudióloga, estimulação visual e auditiva pela rede esta-

dual, porque na minha cidade não tem”, relata.

A descentralização do atendimento foi uma das necessidades identificadas pela Comissão Especial de Acompanhamento dos Casos de Microcefalia, criada em 2015 pela Alepe. O colegiado encaminhou ao Governo informações para otimizar os serviços, como destaca a presidente do grupo, deputada Socorro Pimentel (PSL): “Colocamos no relatório que precisaríamos, em várias regiões, de uma equipe multiprofissional o mais perto possível das crianças que têm a Síndrome Congênita do Zika Vírus e moram em locais sem esses especialistas”.

### ASSISTÊNCIA

“Eu nunca tinha visto uma criança com microcefalia, a primeira foi Arthur. Pensei que a cabeça ainda iria crescer”. Como Rozilene Ferreira, pouca gente no Brasil conhecia essa condição neurológica antes do surto de 2015. O início da epidemia refletiu as carências da saúde pública. Em Pernambuco, apenas duas instituições estavam aptas para prestar assistência.

Natural de Santos (SP), Daniela Venâncio morava com o marido no Recife em 2015, quando nasceu Aurora, diagnosticada com a síndrome. O casal decidiu buscar amparo na cidade natal. “A previsão era de seis meses para conseguir

atendimento. Abrimos mão de trabalho e faculdade, mas não me arrependo”, afirma.

Após dois anos, Pernambuco tem quase 30 unidades de atendimento, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde (SES). Em maio de 2016, o Governo criou o Núcleo de Apoio às Famílias de Crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, que atua em 12 pontos do Estado, para monitorar o acesso aos tratamentos.

Em breve, os pequenos estarão em idade escolar, e a rede de atenção precisará se expandir para o campo educacional, como frisa a Diretora Geral de Políticas Estratégicas da SES, Flávia Magno. “Já estamos articulando com a Secretaria de Educação. Essas crianças vão chegar como todas as outras que têm paralisia cerebral ou outra neuropatia e atualmente já são acompanhadas”, garante.

Além dos pequenos, as mães – principais frequentadoras dos ambientes de atendimento – também precisam de cuidados. Na Fundação Altino Ventura, no Recife, um grupo de profissionais reúne-se quinzenalmente com as mulheres e seus filhos para trabalhar o empoderamento feminino. “São histórias de rejeição, preconceito, agressões na rua, pais que as abandonam porque a criança demanda muito”, revela a psicóloga Eliane Teles.



“Pensei que a cabeça ainda iria crescer”, revela Rozilene Ferreira

Daniele Santos, mãe de Juan Pedro, de um ano e seis meses, descreve a relação do ex-companheiro com o filho: “É uma visita de meia hora, a cada 15 dias. Ele diz que não aceita a doença”.

Fundadora e presidente da Aliança de Mães e Famílias Raras (Amar), Pollyana Dias estima que 70% das mães ligadas à entidade criam os filhos sem o apoio dos pais. Das 420 associadas, 150 têm filhos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. “A mãe rara é excluída da sociedade. Surgimos para devolver a cidadania e a visibilidade a essas famílias. Oferecemos atendimentos de advogada, assistente social e psicóloga, mas também palestras e atividades lúdicas”, conta.

### SERVIÇO:

Outra entidade que acolhe mães de crianças com microcefalia é a União de Mães de Anjos (UMA). Para saber o que e como doar para as instituições, acesse os sites [www.uniaodemaesdeanjos.com.br](http://www.uniaodemaesdeanjos.com.br) e [www.amareagir.com](http://www.amareagir.com).



Mãe de Juan Pedro, Daniele Santos lamenta postura do ex-companheiro

## Pesquisas avançam, mas risco de novo surto permanece

Tratada inicialmente no Brasil como uma “dengue leve”, a zika pode se manifestar de várias formas e até não dar sinais, como ocorreu com Maria das Dores Alves: “Eu descobri a microcefalia depois que Raíssa nasceu. Não tive zika, não tive nada”. O coordenador de Síndromes Congênitas e Neurológicas Relacionadas às Arboviroses da SES, Jadson Galindo, explica que o assunto era pouco estudado pela medicina. “Não se tinha conhecimento científico das alterações neurológicas que o vírus poderia

causar nos bebês de mães que tiveram a zika”, ressalta.

Na falta de comprovações, surgiram boatos de que a síndrome seria motivada por vacinas fora da validade, pesticidas e até um mosquito transgênico. As teses foram descartadas, afirma o infectologista da Universidade de Pernambuco (UPE) e integrante do Grupo de Pesquisa da Epidemia de Microcefalia da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Demócrito Miranda. “A fase final do estudo confirma a associação da infecção congênita

pelo vírus zika e a ocorrência de microcefalia”, assevera.

Daniela Venâncio não apresentou sintomas: a suspeita é de que o marido tenha transmitido o vírus na

relação sexual, durante a gravidez. O infectologista confirma a possibilidade. “Pessoas que estão vivendo em área endêmica, principalmente mulheres grávidas, têm que ter cuidado”, alerta Miranda.

Em maio de 2017, o Governo Federal encerrou o decreto de emergência que tratava do surto de microcefalia. Neste ano, Pernambuco não registrou o nascimento de nenhum bebê afetado pela síndrome e, até o dia 15 de julho, nenhum caso de zika foi confirmado. Coordenadora de Vigilância Epidemiológica de Arbovi-

roses da SES, Daniela Bandeira ressalta, porém, que o risco de epidemia ainda é alto para zika, chikungunya e dengue. “Dos nossos 184 municípios, 162 estão com alto índice de infestação e elevado risco de transmissão para as três arboviroses”, adverte.

Tampar reservatórios de água, manter fechados sacos e latas de lixo, desentupir calhas e não deixar água parada em garrafas, pneus e outros recipientes são algumas das recomendações para evitar focos do mosquito. Para mais informações, acesse [www.combateaedes.saude.gov.br](http://www.combateaedes.saude.gov.br).

**Fique Sabendo**

Ouçã as entrevistas completas na página da Rádio Alepe:

# Reforço à prioridade para pessoas com diabetes

## Hospitais deverão informar preferência nos casos de exames a serem realizados em jejum

KEROL CORREIA



“Não podemos prorrogar ou adiantar a aplicação de insulina”, pondera Danyelle

Amanda Silva

**H**orários regrados para comer e tomar remédios fazem parte da rotina da publicitária Danyelle Kerolayne da Silva Santos, diagnosticada aos cinco anos de idade com a diabetes tipo 1. “É quando o pâncreas, responsável por produzir a insulina, o faz de forma deficiente, ou seja, fabrica pouco ou nada da substância”, explica a médica endocrinologista Geísa Macedo, membro do Instituto Brasileiro de Diabetes (Ibradi).

Para Danyelle e outros milhões de brasileiros que possuem a doença crônica – 8,9% da população, segundo a pesquisa mais recente do Ministério da Saúde –, tempo é fator crucial para manter a diabetes sob controle. “Somos dependentes dos remédios e da insulina, não temos como prorrogar ou adiantar a aplicação”, destaca a jovem.

Para prevenir prejuízos a pacientes com diabetes durante a

espera em ambiente hospitalar, foi aprovada na Alepe, em maio deste ano, a Lei nº 16.051/2017, proposta pelo deputado Everaldo Cabral (PP). A matéria torna obrigatória a afiação de cartaz em clínicas, postos e hospitais públicos e particulares de todo o Estado, informando a prioridade no atendimento para essas pessoas nos exames a serem realizados em jejum total.

De acordo com o parlamentar, a ideia surgiu após conversas com diabéticos. “Mesmo com a Lei Estadual nº 15.491/2015 (que instituiu o atendimento diferenciado para pessoas com diabetes na rede estadual de saúde, de iniciativa do deputado Odacy Amorim, do PT), não ficava claro para eles que as unidades médicas precisam dar prioridade no atendimento”, explicou Cabral. “Criamos a norma justamente para que se sintam acobertados.”

Para Geísa Macedo, a regra possui grande relevância, pois garante aos pacientes o direito de seguir os horários estabelecidos

para tomarem os remédios. “Se a pessoa chega ao laboratório às 7h e só colhe o sangue às 9h, isso pode influenciar no controle da diabetes durante todo dia”, esclarece a médica.

Outra medida importante, de acordo com a endocrinologista, é assegurar a prioridade no recebimento de insulinas por parte do Poder Público. “Se a pessoa com diabetes deixar de tomar a medicação, a glicose fica descontrolada. É uma doença crônica que não tem cura, mas tem controle”, ressalta.

Doença desencadeada pela ineficiência do processamento do açúcar no organismo, a diabetes, se não acompanhada adequadamente, pode causar danos em diversos órgãos do corpo, deixar sequelas e até mesmo resultar em amputações. Danyelle Kerolayne comemora a nova lei e sugere que o assunto seja mais debatido. “A sociedade não sabe, de fato, o que representa a diabetes. Ainda existe o preconceito por parte da população”, acredita.

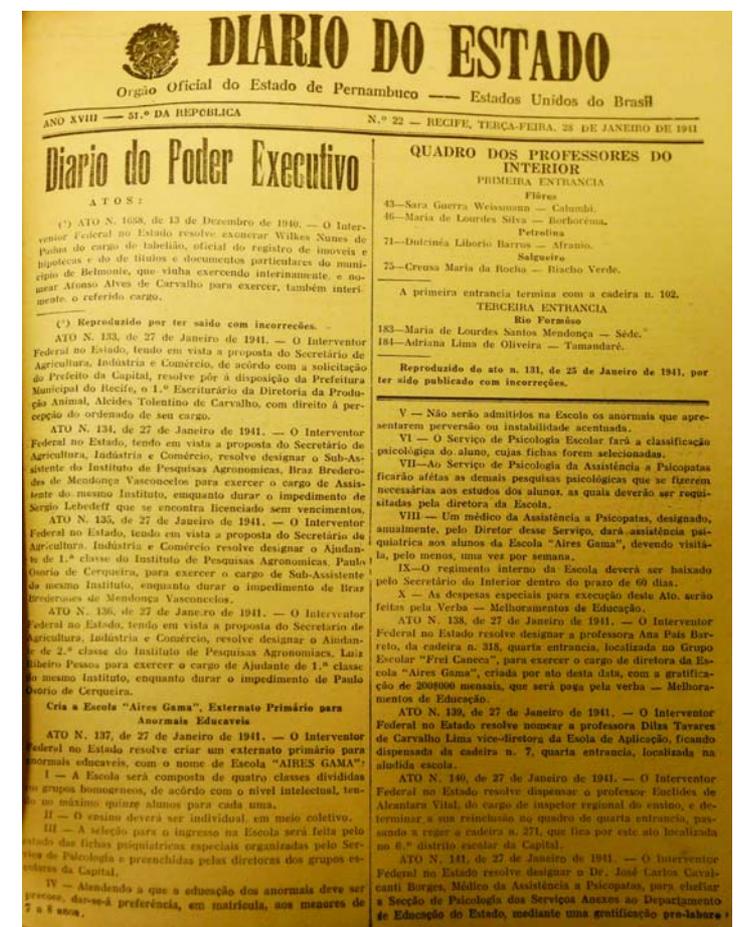
## Documento Histórico

# Estado ganhou primeira escola pública para pessoas com deficiência em 1941

Em 27 de janeiro de 1941, o então interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães, decretou a criação, no Recife, de um externato primário dedicado à educação de jovens considerados “subdotados”. Por meio do Ato nº 137, foi instituída a Escola Aires Gama, com o objetivo de “proporcionar o desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes com deficiência mental e condutas atípicas”.

Para dirigir o colégio, o interventor designou a psicóloga e educadora Ana Paes Barreto. Mais conhecida como Anita, a discípula de Ulisses Pernambucano foi uma das fundadoras do movimento de cultura popular junto com Paulo Freire, além de secretária estadual de Educação do primeiro governo de Miguel Arraes.

Com experiência na instrução de crianças com deficiência, Anita permaneceu até 1957 no cargo. Sob o comando dela, em 1947, a instituição localizada no bairro de Santo Amaro passou a se chamar “Escola Especial Ulisses Pernambucano”, nome que permanece até os dias atuais.



## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Ato nº 137 de 27 de janeiro de 1941. Acervo do Arquivo Geral Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

## ● AGRESTE

# Volta por cima

## Chuvas trazem alívio para economia do leite em Pernambuco, mas antigas ameaças seguem à espreita

Luciano Galvão Filho

“Estava um caos. A cadeia leiteira estava à beira da aniquilação”, recorda o produtor de leite Hugo Almeida, de Capoeiras, no Agreste Meridional. Mais de cinco anos sem chuvas provocaram danos profundos na principal economia rural da região. A estiagem secou os reservatórios, devastou as pastagens e tornou a água um privilégio para quem pudesse pagar. O gado – que chega a consumir 120 litros de água por dia quando as temperaturas sobem – morreu. A produção caiu pela metade.

“Houve um empobrecimento notório dos pecuaristas, que começaram a vender alguns animais para alimentar os que restaram”, narra a pesquisadora Daniela Carvalho, professora de administração rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em Garanhuns, na mesma região. O processo, explica, resultou no abandono da atividade pelos pequenos produtores e no retorno do êxodo rural. Com menos renda disponível para as famílias, o comércio das cidades fraquejou. “A seca se somou à crise econômica e deixou todos em uma situação complicadíssima.”

As chuvas de junho trouxeram alívio, mas os efeitos da maior estiagem dos últimos 60 anos ainda são sentidos. Com as reservas de alimento esgotadas e sem capital para investir, os proprietários ainda precisam comprar sementes, plantar e esperar que o pasto cresça. Malnutrido, o rebanho diminuiu a produção. No Agreste Meridional, os níveis diários, que chegaram a 2,2 milhões de litros antes do período de escassez, caíram a 800 mil litros em 2016, e, mesmo com

o retorno da oferta de água, estão atualmente em cerca de 1,2 milhão de litros por dia. As estimativas são do Movimento a Força do Leite, que reúne pecuaristas preocupados com o risco de colapso que a bacia leiteira vivenciou há até poucos meses.

Integrante do grupo, Hugo Almeida alerta que, apesar de mais confortável, a situação ainda inspira cuidados. “Pernambuco necessita de ações estruturantes para resistir às próximas crises hídricas. Os recursos precisam ser aplicados estrategicamente”, analisa.

O movimento elaborou uma pauta de iniciativas a serem pleiteadas junto a diferentes instâncias governamentais. No final de maio, a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Alepe mediou a interlocução entre produtores e representantes de órgãos estaduais durante audiência pública em Garanhuns. Do evento, resultaram duas reuniões com a Secretaria de Agricultura de Pernambuco para encaminhar soluções da alçada do Governo do Estado, que permanecem em aberto.

A deputada Priscila Krause (DEM) enxerga boas perspectivas a partir da articulação da cadeia produtiva. A parlamentar, que pleiteou recursos emergenciais para o setor à época da estiagem, defende o funcionamento de uma câmara permanente junto à gestão estadual para discutir políticas voltadas para o segmento. “Os problemas estão minimizados pela chuva, mas não solucionados. As dificuldades são cíclicas e precisam de enfrentamento permanente para que, mais à frente, não provoquem perdas irreparáveis”, avalia.

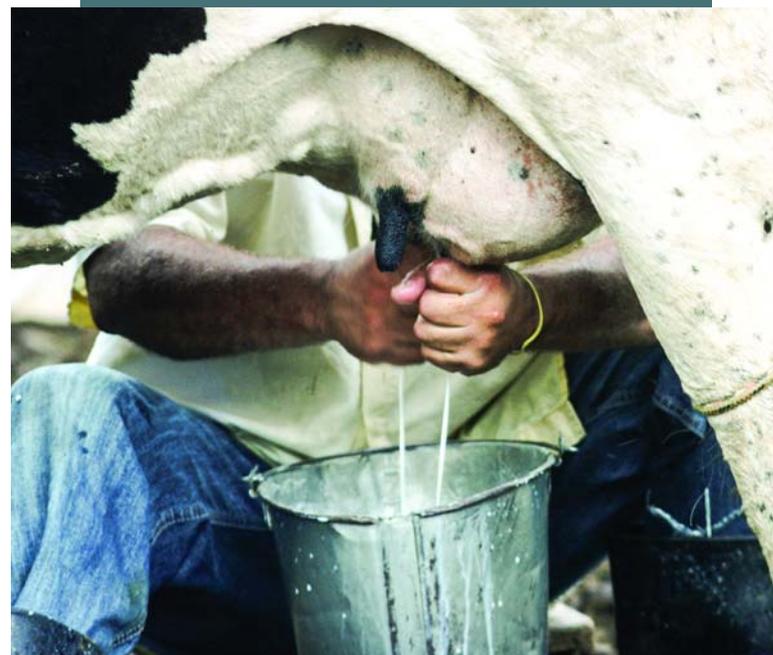
Entre as demandas dos produtores, estão a conclusão de obras de segurança hídrica, a oferta de sementes de boa qualidade a preços

baixos, a intermediação para a renegociação de dívidas com bancos públicos, a criação de mecanismos de proteção contra a concorrência de mercadorias de regiões economicamente mais fortes, além do desenvolvimento permanente de programas de assistência técnica.

O último item é tido como o mais necessário pelo segmento. “Não existe assistência reprodutiva nem nutricional, nem distribuição de mudas ou orientação para plantar. Se faz de todo jeito”, assevera Adalberto da Silva Neto, produtor de médio porte em Venturosa, Agreste Meridional. “Se as ações governamentais comessem por aí, já ajudaria bastante”, reflete.

O ponto de vista fica evidenciado quando se compara a produtividade da bacia leiteira pernambucana com a de regiões brasileiras onde a atividade dispõe de processos aprimorados. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a quantidade de litros produzidos por animal em Pernambuco é pouco mais da metade daquela produzida em estados da região Sul, que lidera o índice no País. O fenômeno, comum em áreas menos desenvolvidas, pode estar relacionado à carência de pesquisas, falta de políticas públicas e consequente baixa rentabilidade – o que desestimula investimentos.

Apesar do pouco dinamismo em relação às regiões mais ricas, o arranjo produtivo do leite em Pernambuco é responsável por 400 mil postos de trabalho no Agreste, além de cumprir o papel social de manter o modo de vida no campo. Especialistas alertam, no entanto, que crises como a dos últimos anos podem acentuar a concentração do setor em grandes empresas e ameaçar a importância social da atividade.



FOTOS: ARQUIVO ALEPE

Média diária de leite está 50% acima do alcançado no ano passado, mas ainda abaixo do que se obtinha antes da estiagem



“Há uma tendência de eliminação dos pequenos em vista das dificuldades e dos riscos, desde falta de recursos até incertezas quanto à oferta de água”, explica Daniela Carvalho, da UFRPE. Um dos indicativos desse processo, percebido em pesquisas de campo, é o envelhecimento gradual dos chefes das propriedades familiares como resultado do desinteresse dos filhos jovens em seguir na pecuária. “Nada tem sido feito para que o produtor permaneça na fazenda”, lamenta a especialista.

Os pecuaristas ainda se queixam de que falta apoio. Órgão incumbido de prestar assistência aos produtores rurais do Estado, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) viu seus recursos diminuir em 30% neste ano, com relação ao ano passado. A entidade ainda confirmou, em nota, a “insuficiência

de corpo técnico para o atendimento da demanda de assistência técnica e extensão rural e de pesquisa e desenvolvimento”, relatada pelos entrevistados. Essas pesquisas poderiam apontar alternativas de armazenamento de água e de alimentos, de melhoria na qualidade do leite e de aperfeiçoamento genético dos rebanhos, entre outras necessidades do setor.

Para o deputado Eduíno Brito (PP), que esteve à frente da audiência pública com o segmento em Garanhuns, todas as instâncias de Governo devem agir para garantir “um olhar diferente” sobre a cadeia do leite. “O alívio de momento não pode arrefecer as demandas por melhorias. A seca virá novamente, é a única certeza que temos, e essa economia que sustenta a região precisa ser apoiada”, asseverou.

